

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO IFRO: UM ESTUDO SOBRE PERFIL SOCIOECONÔMICO E VULNERABILIDADES

Maria Rosimére Salviano de Moura ¹

RESUMO

O levantamento do perfil socioeconômico das pessoas com deficiência é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes, a promoção da inclusão social e o combate às desigualdades. O conhecimento dessa realidade permite direcionar recursos e ações de forma mais assertiva, garantindo o acesso a direitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. No âmbito educacional é igualmente relevante que as instituições conheçam o perfil socioeconômico dos estudantes com deficiência, fazendo a análise dos diferentes fatores sociais, como raça, gênero, classe e outros marcadores de identidade que permitem analisar como as experiências de desigualdade são moldadas pela interação simultânea destes. O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil socioeconômico dos estudantes com deficiência no IFRO, no ano de 2002. Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualiquantitativa, de natureza descritiva, realizada por meio de análise documental. Os resultados da pesquisa revelam que no IFRO, 11,7% dos estudantes são identificados como deficientes, sendo a maioria do sexo masculino. Em relação à cor/raça, a maioria dos alunos com deficiência é parda, contudo, se evidencia uma grande diversidade racial entre os estudantes. Quanto à renda, 69,2% dos estudantes com deficiência do IFRO têm rendimento mensal de até um salário mínimo, evidenciando a vulnerabilidade socioeconômica desse grupo. Os dados analisados evidenciam a importância de fortalecer as políticas de assistência estudantil e de inclusão no IFRO, considerando as especificidades de gênero, raça, renda e tipo de deficiência, oferecendo ferramentas para formulação de políticas e ações institucionais que considerem a diversidade de experiências e necessidades dos estudantes com deficiência, a fim de combater as desigualdades de forma mais abrangente e eficaz.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Perfil dos estudantes, Aluno com deficiência.

INTRODUÇÃO

As matrículas na educação especial e inclusiva no Brasil cresceram significativamente, segundo dados do Censo Escolar de 2024, o número de matrículas da educação especial chegou a 2,1 milhões no referido ano, representando um aumento de 58,7% em relação ao ano de 2020. Na educação infantil, houve acréscimo de 252,1% nas matrículas de creche e de 235,1% nas de pré-escola em relação ao ano de 2020. No entanto, o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), maria.rosimere@ifro.edu.br;



habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Em 2020, o percentual de alunos incluídos era de 93,2% e em 2024 passou para 95,7%. A maior proporção de alunos incluídos é observada na educação profissional concomitante/ subsequente, com inclusão de 99,8% dos estudantes nas classes comuns (Brasil, 2025).

Esses dados indicam a grande expansão da educação inclusiva nos diversos níveis de escolarização no Brasil, caracterizando a necessidade de se compreender de forma aprofundada o perfil socioeconômico dos estudantes com deficiência. Um grupo que historicamente enfrenta inúmeros desafios e barreiras significativas no acesso ao sistema educacional brasileiro. Assim sendo, a investigação acerca da caracterização desse perfil é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes que visem o combate às desigualdades, permite a geração de dados que subsidiem o direcionamento de recursos e ações de forma mais assertiva, garantindo o acesso a direitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Alves, Soares e Xavier (2014, p. 675) assinalam que, em muitas pesquisas educacionais, “[...] o debate sobre classes ou estratos sociais é também um tema central, devido à forte correlação entre resultados escolares e o nível socioeconômico e cultural das famílias, comprovada por ampla evidência empírica em vários países”.

A pertinência de se considerar a equidade social para discutir e avaliar a qualidade do ensino público é apontado Soares e Andrade (2006, p. 110), quando afirmam que, “[...] não basta que a escola seja boa; ela deve ser boa para todos os seus alunos, independente do nível econômico, cor da pele e gênero”.

Dessa forma, é extremamente relevante que as instituições conheçam o perfil socioeconômico dos seus estudantes com deficiência, fazendo a análise dos diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, classe e outros importantes na construção da posição social e que permitam analisar como as experiências de desigualdade são moldadas pela interação simultânea destes, já que não se trata de um grupo homogêneo.

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar o perfil socioeconômico dos estudantes com deficiência no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), no ano de 2002. O IFRO é uma instituição federal de educação profissional e tecnológica, atuando em diversos níveis de ensino com cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes ao ensino médio, cursos de graduação, especialização e mestrado.



METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, estruturou-se a pesquisa com natureza descritiva e com tratamento qualiquantitativo dos dados, os dados estatísticos serviram de suporte para as interpretações, análises e discussão qualitativa dos dados. Conforme proposto por Triviños (2009), as análises qualitativas e as quantitativas são associadas e intercomplementares nas interpretações e argumentos que se formulam sobre os achados da investigação.

A pesquisa emprega procedimentos de análise documental para analisar os dados estatísticos sobre o perfil socioeconômico dos estudantes com deficiência no IFRO. A amostra é composta por 294 estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista matriculados no IFRO no ano de 2022.

Como unidades de análise, foram selecionados os seguintes indicadores socioeconômicos dos estudantes com deficiência do IFRO: tipo de deficiência/transtorno, sexo, cor ou raça e renda *per capita*, tais dimensões permitem um esboço importante sobre a intersecção das categorias gênero, raça e classe no público de estudantes com deficiência. Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas no Google Docs, nas quais foram realizadas estatística descritiva básica (percentuais). Os resultados foram transformados em tabelas e figuras para melhor visualização e interpretação dos dados.

Os dados utilizados foram obtidos a partir de banco de dados institucional com informações não sistematizadas sobre os estudantes com deficiência matriculados no IFRO e foram acessados mediante solicitação formal, com base na Lei de Acesso à Informação. A pesquisa foi dispensada de análise por Comitê de Ética, de acordo com a Resolução CNS nº 510, de 2016, em seu artigo 1º, que define que não serão não serão registradas nem avaliadas pelo Sistema Comitê de Ética em Pesquisa / Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, “[...] II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011” (Brasil, 2016). Bem como, de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), por se tratar de uma pesquisa que utiliza dados de acesso público, sem identificação dos participantes (Brasil, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas subseções a seguir, serão apresentadas as análises feitas a partir da base de dados disponibilizada pelo IFRO de modo a descrever o perfil socioeconômico do público estudado.

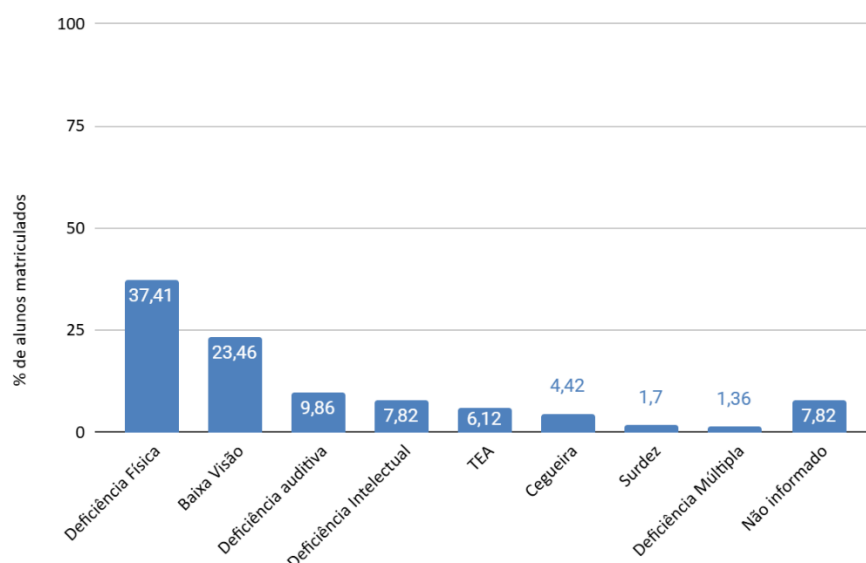


Tipo de deficiência ou transtorno

No ano de 2022, 11,7% dos estudantes do IFRO eram identificados como deficiente ou com transtorno do espectro autista. A população com deficiência no Brasil, composta de pessoas com dois anos ou mais de idade no Brasil, foi estimada em 8,9% no mesmo ano, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 (IBGE, 2023).

O IFRO ainda adota o modelo biomédico para a identificação dos estudantes com deficiência, sendo considerado deficiente o estudante que apresenta laudo médico com um Código Internacional de Doença (CID) e esteja enquadrado em um dos diagnósticos apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição de estudantes matriculados por tipo de deficiência ou transtorno no IFRO – 2022.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do banco de dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), 2022.

* TEA – Transtorno do Espectro Autista.

Os dados revelam uma grande diversidade de tipos de deficiência entre estudantes matriculados. A deficiência física é a mais comum, representando 37,41%, em seguida, a baixa visão aparece com 23,46%. Essas duas categorias representam mais de 60% do total, indicando que condições de mobilidade e acesso à recursos pedagógicos visuais adaptados são recorrentes na instituição. A deficiência auditiva representa 9,86%, exigindo estratégias específicas de acessibilidade comunicacional. Os indicadores de



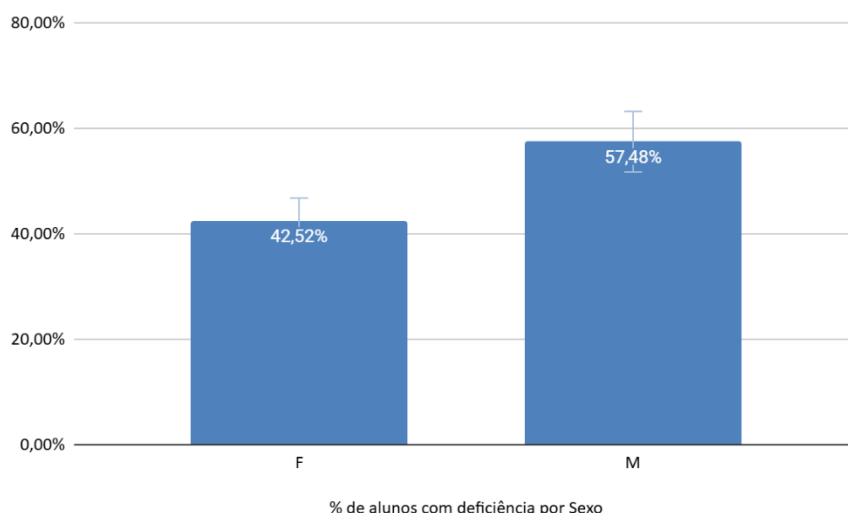
7,82% deficiência intelectual e 6,12% de TEA apontam para mudanças recentes no perfil de inclusão, no qual cada vez mais os estudantes desses grupos têm acessado os níveis de ensino técnico e superior. Isso reflete um avanço na garantia de direitos previstos nas políticas públicas, mas também impõe o desafio de formar professores preparados para práticas pedagógicas inclusivas. As deficiências de menor incidência são cegueira (4,42%), surdez (1,7%) e deficiência múltipla (1,36%), apesar da baixa presença demandam recursos muito específicos (braile, intérpretes, softwares leitores de tela), bem como requerem apoio altamente individualizado.

O percentual de casos “não informado” (7,82%) aponta lacunas administrativas no registro do tipo de deficiência, dificultando a produção de informação sobre o grupo, o planejamento institucional de acessibilidade e de políticas inclusivas.

Sexo

Quanto a distribuição de estudantes com deficiência por sexo apresentada na Figura 2, identifica-se que estudantes do sexo masculino correspondem a cerca de 57%, enquanto as mulheres representam 43%.

Figura 2 - Distribuição de estudantes com deficiência por sexo - 2022



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do banco de dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), 2022.

A menor participação feminina (42,52%) no acesso ao ensino técnico e superior pode estar associada a desigualdades de gênero acumuladas, que se intensificam



quando combinadas à deficiência. Mulheres com deficiência frequentemente enfrentam barreiras sociais e culturais, relacionadas aos estigmas sobre capacidade e autonomia.

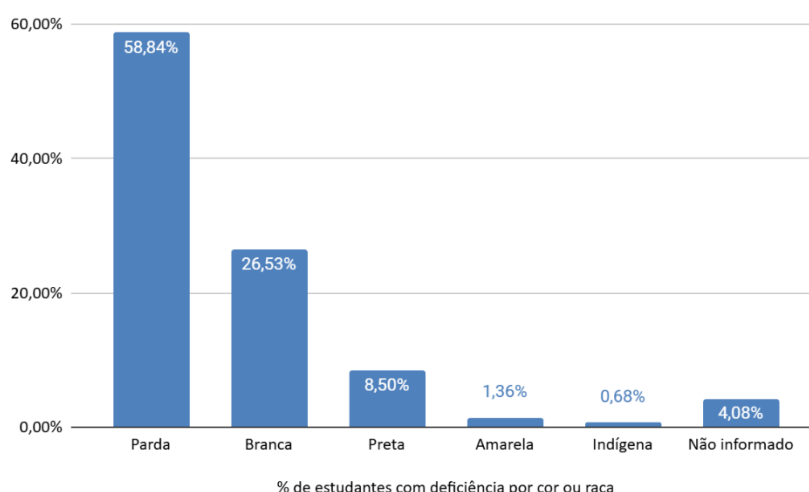
Em estudo de Nicolau, Schraiber, Ayres (2013) a dupla vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres com deficiência é abordada a partir de uma dimensão individual caracterizada, entre outras, pelas experiências de superproteção ou rejeição familiar, pela falta de investimento em sua educação e habilitação/reabilitação profissional e vivências que desqualificam mulheres e pessoas com deficiência. Os autores ainda apontam que há uma dimensão social dessa dupla vulnerabilidade caracteriza por vivências em um meio social no qual experenciam uma posição social menos qualificada, com menores possibilidades de participação social e política, tais como o acesso à educação e demais bens sociais que possibilitem a equidade de gênero e o desenvolvimento humano dessas mulheres.

A intersecção entre gênero e deficiência evidencia que as mulheres com deficiência estão em posição de maior vulnerabilidade social e educacional. Isso sugere a necessidade de fortes investimentos na educação e qualificação profissional das mulheres com deficiência a fim de que consigam autonomia financeira, além da necessidade de ações voltadas à autonomia e protagonismo social.

Cor/raça

Em relação aos dados de cor/raça, conforme Figura 3, há uma predominância de pardos na instituição, representando 58,84% dos estudantes com deficiência. Os estudantes autodeclarados pretos representam 8,5%, ao se somar os dois grupos temos o indicador de 67,34% dos estudantes com deficiência negros. Esse dado evidencia uma forte concentração racial nesse grupo, contudo é inferior 5,06 p.p. quando comparado a composição geral dos estudantes negros do IFRO, segundo dados na Painel de Indicadores da Instituição no ano de 2022 (IFRO, 2023).



Figura 3 - Distribuição de estudantes com deficiência por cor ou raça - 2022

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do banco de dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), 2022.

O segundo maior grupo é o de estudantes brancos, representando 26,53%, pouco mais de um quarto do total. Enquanto amarelos e indígenas têm proporções muito pequenas (1,36% e 0,68%, respectivamente). Uma pequena parcela não declarou cor/raça (4,08%), embora seja um número baixo, esse percentual pode esconder informações importante sobre a representatividade racial na instituição.

Os dados revelam que há uma concentração expressiva de estudantes com deficiência autodeclarados pardos, seguidos por brancos. Os demais grupos raciais (pretos, amarelos e indígenas) aparecem com baixa participação, o que sugere que as questões de raça e deficiência se entrelaçam na vulnerabilidade social, impactando de forma majoritária pessoas pardas e negras.

Renda

Quanto ao perfil de renda dos estudantes, os dados apresentados na Tabela 1, indicam uma predominância geral de estudantes com baixa renda. A maior parte dos estudantes com deficiência possuem renda *per capita* de até 1 salário mínimo, representando 69,2% do total. O maior grupo está na faixa “mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo”, representando 28,5%, seguida da faixa “mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo”, com 24,8% dos estudantes.



Tabela 1 - Estudantes com deficiência matriculados no ano de 2022, por rendimento mensal domiciliar *per capita*

Variável - Distribuição percentual de estudantes com deficiência por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (%)							
Não informado	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
12,5	15,9	28,5	24,8	13,2	1,36	2,04	1,7

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do banco de dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), 2022.

* Dos alunos matriculados no IFRO, 12,4% não informaram a renda.

Essa significativa concentração em faixas socioeconômicas mais baixas, refletem a vulnerabilidade social vivenciada por esses estudantes, associada a condição da deficiência, tais fatores impactam na construção da posição social obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade.

De forma reversa, é identificado uma baixa representatividade em rendas médias e altas. Apenas 5,1% dos estudantes com deficiência estão em domicílios com renda superior a 2 salários mínimos, sugerindo que a junção de critérios estabelecida na Lei de Cotas, na qual são reservadas vagas específicas para estudantes que acumulem o pertencimento de origem de escola pública, baixa renda e deficiência, propicia o acesso à rede federal de ensino de grupos que possuem a convergência deste pertencimentos e marcadores sociais.

O percentual de 12,5% que não informaram a renda é significativo e pode afetar a precisão da análise, indicando que a instituição deve estabelecer estratégias para evitar a subdeclaração de renda e minimizar as dificuldades no levantamento socioeconômico deste grupo, tendo em vista a importância do dado para traçar o perfil deste grupo historicamente marginalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou traçar um panorama importante sobre o perfil socioeconômico dos estudantes com deficiência matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) no ano de 2022, evidenciando as múltiplas dimensões de vulnerabilidade que atravessam esse grupo. As análises realizadas apontam que a maioria dos estudantes com deficiência pertence ao sexo masculino, é autodeclarada parda e possui baixa renda familiar per capita de até um salário mínimo,



revelando a intersecção entre deficiência, raça, classe e gênero como marcadores de desigualdade que impactam diretamente o acesso e a permanência no ensino técnico e superior.

Os dados analisados evidenciam a importância de fortalecer as políticas de assistência estudantil e de inclusão no IFRO, considerando as especificidades de gênero, raça, renda e tipo de deficiência, oferecendo ferramentas para formulação de políticas e ações institucionais que considerem a diversidade de experiências e necessidades dos estudantes com deficiência, a fim de combater as desigualdades de forma mais abrangente e eficaz.

O avanço na inclusão educacional de pessoas com deficiência requer a consolidação de políticas intersetoriais que articulem as dimensões de renda, raça, gênero e tipo de deficiência, de modo a promover a equidade de oportunidades e o protagonismo desses estudantes. Assim, conhecer o perfil socioeconômico desse público constitui passo essencial para a formulação de ações mais assertivas e para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e transformadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/Campus Porto Velho Calama por seu apoio financeiro para participação no evento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Dispõe sobre o acesso à informação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 15 de set. de 2025.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Índice Socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Em Educação**, v.22, n. 84, p. 671-704, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5mxhCjNhcVqywyzyk79QdfPj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de set. de 2025.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em:



https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Resumo Técnico. Brasília, 2025. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=37280&t=sobre>. Acesso em: 5 out. 2025.

IFRO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Painel de Indicadores**, 2023. Disponível em:

<https://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/perfilestudiante>. Acesso em 29 out. 2025.

Nicolau, Stella Maris; Schraiber, Lilia Blima; Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18. n. 3, p. 863–872, mar. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/x4Ct7sJ4krY7wzGH5XX57nR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

Soares, José Francisco; Andrade, Renato Júdice de. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Em Educação**, v. 14 n. 50, p.107–125. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5SJWHSxtJhKf5FMTNK5cMqr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

Triviños, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

